

## **ANEXO 3**

### **FACTOS E NÚMEROS**

#### **A floresta portuguesa**

1. Os espaços florestais ocupam 5,4 milhões de hectares e representam cerca de dois terços da superfície de Portugal Continental. Destes, 3,4 milhões de hectares estão arborizados (IFN, 3ª Revisão 1995-1998).
2. À excepção dos distritos de Viana do Castelo, Porto, Viseu, Guarda e Évora, e apesar de a área ardida ter vindo a aumentar gradualmente entre 1974 e 1995, a taxa de ocupação florestal aumentou em quase todos os distritos do Continente.
3. Entre 1981 e 2003, o País investiu fortemente na arborização, tendo subvencionado publicamente a constituição de perto de 460 mil hectares de novos povoamentos, a uma média aproximada de 20 mil hectares por ano.
4. Uma parte substancial do território português encontra-se classificada como áreas para a conservação da natureza, não obstante a esmagadora maioria dessa área ser privada, o que se repercute ao nível da gestão florestal, e particularmente ao nível da gestão de combustíveis.
5. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) directo da floresta incluindo a transformação industrial foi, em 2003, de cerca de 586 milhões de euros. Desde meados da década de 90, tem sido a contribuição do sector da cortiça e da roleria de eucalipto a manter o valor nesta ordem de grandeza, já que, em menos de 10 anos e devido aos incêndios dos anos 80 e 90, a produção/valor do pinhal decresceu para metade. As Contas Económicas da Silvicultura não englobam, no entanto, todos os bens e serviços produzidos nos espaços florestais, o que tem originado a sua subavaliação sistemática.

### **Evolução do número de ocorrências e da área ardida**

6. Os valores máximos de ocorrência foram atingidos nos anos de 1995, 1998, 2000 e 2005 (em que foram ultrapassadas as 30 mil ocorrências).
7. De acordo com a base de dados da DGRF (1990-2004), os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro representam, no seu conjunto, 80% do número de ocorrências, sendo que grande parte destas e da área ardida em grandes incêndios florestais (incêndios com área ardida igual ou superior a 100 ha) tem lugar, em média, num período restrito de duas a três semanas.
8. O pico de ignições regista-se nos dias de fim-de-semana, sendo igualmente o período da tarde (entre as 14:00 e as 17:00) aquele que apresenta maior número de ocorrências.
9. A média anual de ocorrências por superfície é significativamente maior nos concelhos mais urbanos e limítrofes do que nos concelhos rurais.
10. O ano de 2005 é o sexto ano consecutivo em que o total da área ardida é superior a 100 mil hectares.
11. A média anual da área ardida total nos últimos 5 anos (2000 a 2004) foi cerca de 85% superior ao valor da década de 90, que, por sua vez já tinha sido cerca de 40% superior à média da década de 80.
12. A percentagem de área ardida em Portugal é significativamente superior aos valores registados em qualquer um dos restantes quatro países mediterrânicos (Espanha, França, Itália e Grécia). Enquanto naqueles países os valores parecem estar estabilizados, Portugal apresenta uma forte e preocupante tendência de agravamento da situação.

### **Motivações e causas dos incêndios florestais**

13. Observando 10 anos de investigação de causas (de 1993 a 2003), constata-se que a quase totalidade das ignições que provocam incêndios florestais tem origem na acção humana (97%), sendo que as causas intencionais são responsáveis por 37% das ocorrências, a negligência por 28%, as causas naturais por 3%, sendo 32% das ocorrências originadas por causas desconhecidas. No entanto, o processo de investigação das causas de ignição não tem delineamento estatístico nem é objecto de controlo de qualidade, podendo haver diferenças regionais nos critérios de recolha de dados e, consequentemente, enviesamento destes resultados.
14. As causas intencionais, associadas a dolo, a conflitos de caça e vida selvagem, têm um peso elevado sobretudo no Norte do país, ao passo que no Sul predomina a negligência, sobretudo na realização de queimadas. O lançamento de foguetes é, ainda, um problema significativo nos distritos do Norte.
15. Durante o ano de 2004, a Guarda Nacional Republicana instruiu 1132 processos-crime (origem negligente).

### **Agentes do sistema**

16. Em Julho de 2005, 166 municípios de Portugal Continental estavam abrangidos por Gabinetes Técnicos Florestais, na sua esmagadora maioria de âmbito municipal (o que não potencia os ganhos de escala ao nível do planeamento e da operacionalização possíveis num enquadramento intermunicipal).
17. Em Dezembro de 2004, existiam 137 organizações de produtores florestais (OPF) em Portugal Continental, distribuídas por 88 concelhos do país, sendo nove de âmbito nacional. A Beira Interior é a região com maior número de organizações desta natureza.
18. No total, existem 18 CDOS (correspondentes aos 18 distritos de Portugal Continental), que se encontram activos ao longo de todo o ano, e 18 CPD com um funcionamento sazonal.

19. A DGRF apresenta no seu Balanço Social (valores de 2003) 909 efectivos, dos quais cerca de 45% têm idades acima dos 50 anos (a média de idades é de 48 anos) e 73% têm um nível de educação igual ou inferior ao 9.º ano de escolaridade. Cerca de 69% são auxiliares e apenas 9.5% são técnicos superiores.
20. Em Novembro de 2004, existiam 555 guardas florestais, todos funcionários da DGRF.
21. Em Dezembro de 2004, existiam 158 equipas de Sapadores Florestais (num total de 900 Sapadores); 180 Brigadas Móveis de Fiscalização, Prevenção e Vigilância (correspondentes a 530 Vigilantes) da iniciativa de 177 Câmaras Municipais; 299 militares operacionais afectos ao SEPNA (distribuídos por 64 Equipas de Protecção da Natureza e Ambiente); 11 equipas afectas a Zonas Protegidas e Parques Naturais; 300 elementos integrados em Brigadas de Prevenção e Vigilância e de Apoio ao Combate a Incêndios Florestais (a actuar no território das Áreas Protegidas e constituídas por elementos efectivos do Corpo de Vigilantes da Natureza); e 719 militares envolvidos em acções de prevenção e de primeira intervenção.
22. Em Portugal há 472 Corpos de Bombeiros, num total de 23 799 bombeiros, dos quais 93% são voluntários.
23. As redes de rádio convencionais (VHF Banda Baixa, VHF Banda Média e VHF Banda Alta) existentes e que servem as diferentes entidades públicas atingiram, ou estão em vias de atingir, um estado de obsolescência.
24. Existe um número total de utilizadores (públicos e privados), candidatos a explorarem a rede de telecomunicações DFCI, que se estima actualmente superior a 30 000.
25. Uma grande percentagem das primeiras detecções de incêndios florestais, particularmente nas zonas de maior densidade populacional, é feita por populares e comunicada através do número 117 e, por vezes, do 112.
26. A Rede Nacional de Postos de Vigia apresenta níveis de detecção anuais de cerca de 28% (média nacional).

### **Infra-estruturas e meios de DFCI**

27. A Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) é constituída por 237 postos de vigia, sendo que nenhum dos mais de 1 000 observadores contratados foi sujeito a qualquer teste de acuidade visual ou de resistência à fadiga física ou psicológica.
28. Em Portugal Continental, há 2 952 pontos de água de abastecimento terrestre e 242 de abastecimento aéreo, 42 helipistas e 104 pistas de aviação, nove bases de apoio logístico, uma capacidade de alojamento para 830 elementos, 114 cisternas de combustível, 162 guas, 928 máquinas de rasto e 78 porta-máquinas.
29. Em Portugal Continental, há 2 696 viaturas utilizadas em combate a incêndios florestais e rurais, incluindo viaturas de comando e autotanques.
30. A existência de estruturas e infra-estruturas não protegidas em espaços limítrofes da floresta ou no seu interior prejudica a estratégia de controlo do perímetro do incêndio, levando ao desvio de meios essenciais para protecção desses locais, o que compromete o esforço de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
31. A escassez de equipas especializadas de pessoal apeado com material de sapor constitui uma limitação táctica no ataque estendido aos incêndios e, no caso do rescaldo, contribui para o aumento de reacendimentos.

### **Factores de agravamento do problema**

32. As projecções do Projecto SIAM, para um horizonte temporal de cerca de 100 anos (2080-2100), apontam para a possibilidade de um aumento generalizado da temperatura e uma diminuição da precipitação anual da ordem de 100 mm.
33. A dimensão e regime de propriedade no Norte e no Centro do território, o elevado número de proprietários (muitas vezes desconhecidos) e a ausência de cadastro, têm repercussões negativas ao nível da gestão florestal, em particular da gestão dos combustíveis, e da capacidade de responsabilização do proprietário.

34. A crescente expansão de aglomerados populacionais para o interior de espaços florestais aumenta substancialmente o risco de incêndio, bem como o perigo associado, favorecendo situações de destruição de bens e de vidas humanas e dificultando o combate aos incêndios.
35. Os desequilíbrios populacionais existentes no nosso território, associados ao envelhecimento da população, têm como consequência directa um *deficit* de gestão das propriedades florestais, com o consequente aumento da carga combustível e da propagação de incêndios florestais.